

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011911-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **SPAZIO MONTE BELO**
 Requerido: **MARCELO FERNANDES DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SPAZIO MONTE BELO, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de MARCELO FERNANDES DE OLIVEIRA, também qualificado, alegando ser o requerido proprietário da unidade 101, do Condomínio Spazio Monte Belo, e como tal responsável pelas despesas condominiais mensais. O requerido encontra-se em débito da importância de R\$ 3.290,08, relativo a encargos condominiais, conforme planilha inclusa, (fls. 11), correspondente a contribuições vencidas e não pagas, referentes aos meses de julho a novembro de 2014. Assim, esgotados os meios amigáveis de recebimento, requereu fosse o réu condenado ao pagamento do valor indicado, mais acréscimos legais e encargos de sucumbências.

O réu, embora regularmente citado (fls. 16) não apresentou resposta.

É o relatório.

DECIDO.

A causa envolve questão patrimonial, de modo que é de rigor sejam aplicados os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, pois que assim consignado no mandado de citação e não tendo o requerido apresentado resposta (cf. art. 319, Código de Processo Civil).

Tem-se então como acolhido o valor das despesas condominiais, atualizado até a propositura da ação, em R\$ 3.290,08 (três mil duzentos e noventa reais e oito centavos), conforme planilha encartada a fls. 11.

Sobre este valor deverá ser aplicada correção monetária com base nos índices do INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Tratando-se a presente ação de cobrança de prestações periódicas, nos termos do quanto disposto no art. 290, do CPC, arcará ainda o réu com o valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado.

Sucumbindo, caberá, outrossim, ao requerido o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, CONDENO o réu, MARCELO FERNANDES DE OLIVEIRA a pagar ao autor SPAZIO MONTE BELO, a importância de R\$ 3.290,08 (três mil duzentos e noventa reais e oito centavos), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação; e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 12 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**